

**Modelo de declarações iniciais – Lista de direitos e advertências básicas
(Sessões virtuais de processos criminais e de trânsito)**

Model Opening Statement - Listing of Basic Rights and Advisements
(Virtual Criminal and Traffic Sessions - Portuguese)

1. Bem-vindos.
2. Disponibilidade de intérprete judiciário/acomodações da Lei ADA.
3. Participação e Consentimento Virtuais.
4. Ordem da pauta do tribunal.
5. As audiências e instruções são gravadas.
6. Acusações & penalidades.
7. Direito do réu à prorrogação.
8. Direito do réu a ser representado por um advogado.
9. Direito do réu a um defensor público.
10. Direitos do réu.
 - a. Direito de permanecer em silêncio.
 - b. Direito de ser presumido inocente.
11. Declarar-se culpado ou não culpado.
12. Renúncia a direitos ao declarar-se culpado.
13. Declarar-se não culpado.
14. Competência do tribunal.
15. Carteira de habilitação comercial.
16. Acordo penal.
17. Multas do tribunal, custos e penalidades podem ser diferentes da classificação estadual de infrações.
18. Penalidades adicionais podem ser impostas pela Comissão de Veículos Motorizados (Motor Vehicles Commission) - MVC.
19. Multas de estacionamento.
20. Prazo de pagamento e alternativas de sentença.
21. Direito e prazo para interposição de recurso.
22. Consequências para imigração e deportação.

23. Projeto de assistência aos veteranos de guerra de Nova Jersey.

24. Conflitos.

25. Perguntas dos réus.

Esboço do modelo de declarações iniciais para tribunais municipais em Nova Jersey (Somente sessões virtuais de processos criminais e de trânsito))

Outline for Model Opening Statement for Municipal Courts in New Jersey
(Virtual Criminal and Traffic Sessions - Portuguese)

Estes são os direitos e advertências básicas que devem ser incluídos em todas as declarações iniciais dos tribunais municipais (R. 7:14-1):

1. BEM-VINDOS.

Exemplo:

Bom dia (tarde) e bem-vindos ao Tribunal Municipal _____. Eu sou o Juiz _____. Que conste dos autos a data de hoje _____ e que esta é sessão das _____ a.m. (p.m.) sendo conduzida via plataforma de videoconferência Zoom (ou outra).

2. DISPONIBILIDADE DE INTÉRPRETE JUDICIÁRIO/ACOMODAÇÕES DA LEI ADA.

Exemplo:

Se você ou uma testemunha tiver capacidade limitada para entender ou se comunicar comigo proficientemente em inglês, ou se você necessita acomodações especiais segundo a Lei ADA para Portadores de Deficiência, informe a mim ou a um funcionário do tribunal e providenciaremos, sem nenhum custo, um intérprete judiciário ou acomodações especiais. Se necessário, reagendaremos sua audiência para que você possa ter um intérprete ou as acomodações necessárias.

3. PARTICIPAÇÃO E CONSENTIMENTO VIRTUAIS.

Exemplo:

Embora estejam sendo conduzidas virtualmente, essas audiências judiciais são reais; portanto, você deverá se comportar como se estivesse na minha sala do tribunal. Você não poderá comer, beber, dirigir, dormir nem fumar. Todos deverão estar em posição vertical, sem barulhos e em trajes adequados. Ninguém mais poderá falar na sala com você, a menos que seja seu advogado. Você deverá estar sentado em uma área com iluminação adequada e sua câmera deverá ser posicionada no nível do rosto para que possa ser visualizado claramente pelo tribunal. Durante essas audiências você não poderá ter distrações e deverá estar apto para ter uma participação expressiva na sua audiência.

Como mencionei, essas audiências estão sendo conduzidas virtualmente; portanto, eu assumo que pelo fato de você estar aqui, na plataforma virtual, você está dando consentimento para ter o seu processo tramitado virtualmente. Se você não consentir com a audiência virtual, informe assim que seu processo for chamado.

4. ORDEM DA PAUTA DO TRIBUNAL.

Anuncie a ordem geral em que os processos serão ouvidos durante a sessão do tribunal em conformidade com o R. 7:14-3. Você talvez queira dar uma breve explicação a respeito dos termos jurídicos, tal como "acusação formal" (arraignment) em uma linguagem que uma pessoa leiga possa entender. Segue abaixo um exemplo da ordem geral da pauta:

Exemplo:

Em conformidade com os Regulamentos Judiciários, os processos com advogados têm prioridade já que muitos deles são obrigados a comparecer em outras sessões judiciais ao mesmo tempo. Em seguida o tribunal chamará os casos de audiências preliminares, declarações de culpa e outros processos sumários. As últimas chamadas serão julgamentos e outros processos contestados.

5. AS AUDIÊNCIAS E INSTRUÇÕES SÃO GRAVADAS.

Exemplo:

Todas as audiências neste tribunal são gravadas; portanto, você deve ter muito cuidado com o que diz nos autos porque poderá ser usado contra você. As partes, o advogado e todos os participantes da plataforma de

videoconferência não poderão gravar ou permitir que qualquer outra pessoa grave qualquer parte da audiência por qualquer meio, incluindo, entre outros, áudio, vídeo e capturas de tela, sem a aprovação prévia por escrito do tribunal. As partes devem comunicar essas normas a todas as pessoas ou entidades adicionais ou interessadas no processo.

Ninguém poderá, sob nenhuma circunstância, ativar o som do microfone a menos que seu processo seja chamado pelo juiz ou por um funcionário do tribunal. Depois que seu processo for chamado, você poderá ativar o som do seu microfone. Neste momento, se o seu dispositivo tiver a capacidade, inicie o vídeo. Telefones celulares e quaisquer outros dispositivos que possam interromper a sessão do tribunal devem estar desligados, a menos que você esteja usando o dispositivo para participar da audiência.

(O juiz dará instruções gerais sobre como utilizar os recursos de microfone/vídeo da plataforma de videoconferência).

6. ACUSAÇÕES & PENALIDADES.

Exemplo:

Você tem o direito de ser informado sobre as acusações feitas contra você e as penalidades consequentes.

7. DIREITO DO RÉU À PRORROGAÇÃO.

Exemplo:

Você tem o direito a uma prorrogação por um prazo razoável por causa justa, como a consulta a um advogado e a preparação de uma defesa adequada.

8. DIREITO DO RÉU A SER REPRESENTADO POR UM ADVOGADO.

Exemplo:

Você tem o direito de ser representado por um advogado. Se você decidir prosseguir sem a representação de um advogado por acusações sujeitas a pena de prisão, perda do privilégio ao uso da carteira de habilitação ou multas acima de \$800, farei algumas perguntas para certificar-me de que você está renunciando do direito de ser representado por um advogado de forma consciente e inteligente.

9. DIREITO DO RÉU A UM DEFENSOR PÚBLICO.

Exemplo:

Você tem direito a um advogado nomeado pelo tribunal se não tem condições financeiras para contratar seu próprio advogado e se está sujeito a (a) pena de prisão; (b) perda do privilégio ao uso da carteira de habilitação ou (c) multas acima de \$800; e se você se qualifica financeiramente. Você tem que preencher um formulário com um questionário sobre sua renda e seus bens e eu posso solicitar seus comprovantes de renda, bens e despesas. Se você solicitar um advogado nomeado pelo tribunal, será cobrada uma taxa de solicitação de até \$200, a qual o tribunal poderá reduzir ou eliminar havendo uma causa justa (se houver um defensor público designado para a audiência, esse defensor poderá fazer um registro formal no tribunal).

10. DIREITOS DO RÉU.

a. Direito de permanecer em silêncio.

Exemplo:

Você tem o direito constitucional de permanecer em silêncio; ninguém poderá forçá-lo a testemunhar ou fazer declarações em seu nome ou convocar testemunhas ou prestar qualquer tipo de defesa. Se você optar por não depor, isto não terá nenhuma influência na minha decisão de culpá-lo ou não pelo crime que você é acusado.

b. Direito de ser presumido inocente.

Exemplo:

Você é presumido inocente, a menos e até que a sua culpa seja comprovada. O promotor público é o advogado que representa o Estado e apresenta as causas ao tribunal. Na maioria dos casos o promotor tem que provar a sua culpa acima de qualquer suspeita razoável. Jamais será seu o ônus ou obrigação de provar a sua inocência (neste momento o promotor público poderá registrar uma notificação formal no tribunal).

11. DECLARAÇÃO DE CULPADO OU NÃO CULPADO.

Exemplo:

Você poderá declarar-se culpado ou não culpado pelas acusações.

12. RENÚNCIA DE DIREITOS AO DECLARAR-SE CULPADO.

Exemplo:

Se você se declarar culpado, você estará renunciando ao seu direito a um julgamento e seu direito de permanecer em silêncio. Vou fazer umas perguntas sobre o que aconteceu para estabelecer o que chamamos de “matéria de fato” (factual basis) e outras perguntas para certificar-me de que você está renunciando ao seu direito a um julgamento de forma consciente e voluntária, que você é culpado pelas acusações e que decidiu prosseguir sem advogado de forma consciente e inteligente, se não for representado por um advogado. Você poderá apresentar as explicações que considera importantes para o seu processo e que podem afetar a sentença a ser imposta.

13. DECLARAÇÃO DE NÃO CULPADO.

Exemplo:

Se você se declarar não culpado, você terá direito a um julgamento no qual você ou seu advogado poderá convocar ou intimar testemunhas a seu favor e você poderá testemunhar ou fazer declarações se assim o desejar. Se for a julgamento, explicarei os procedimentos antes do início do julgamento.

14. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL.

Exemplo:

O tribunal tem competência para julgar infrações de trânsito ocorridas neste município, bem como as chamadas de crimes contra a ordem pública puníveis com até seis meses de prisão e multa de até \$1.000, bem como contravenções penais leves contra a ordem pública puníveis com até 30 dias de prisão e multa de até \$500. Alguns crimes referentes a drogas podem acarretar sanções obrigatórias adicionais e a possível perda do seu privilégio ao uso da carteira de habilitação por até dois anos. Crimes relacionados à violência doméstica também acarretam penalidades compulsórias adicionais e proibição de armas. Eu também posso impor um prazo de suspensão condicional da pena com condições tais como terapia, serviços comunitários, restituição, análise toxicológica, etc. O tribunal também julga as infrações das portarias locais (infrações das leis locais), infrações de caça e pesca e infrações de pesos e medidas.

15. CARTEIRA DE HABILITAÇÃO COMERCIAL.

Exemplo:

Se você possui carteira de habilitação comercial, a Comissão de Veículos Motorizados (Motor Vehicle Commission) - MVC poderá suspendê-la se você se declarar culpado ou se for condenado após o julgamento de determinadas infrações de trânsito graves cometidas no seu veículo comercial ou particular.

16. ACORDO PENAL.

Exemplo:

O acordo penal é permitido pelo Supremo Tribunal de N.J. na maioria dos casos, exceto em crimes de embriaguez ao volante e crimes referentes a drogas. Isto significa que, com a exceção destes casos, você poderá falar com o promotor para saber como seu caso pode ser resolvido. O acordo penal de culpabilidade poderá resultar na alteração da sua acusação por um crime de menor gravidade ou possivelmente em uma acusação que não agregue pontos à carteira ou agregue uma quantidade menor de pontos, ou poderá resultar na extinção do processo ou na fusão de algumas acusações, ou o promotor poderá estabelecer multa, termo de prisão ou outra recomendação de sentença. O promotor geralmente consulta o policial que emitiu a citação ou queixa e as vítimas, e poderá avaliar seus antecedentes criminais em qualquer acordo penal. Na condição de juiz, não estarei envolvido em nenhuma negociação de acordo penal

17. MULTAS DO TRIBUNAL, CUSTOS E PENALIDADES PODEM SER DIFERENTES DA CLASSIFICAÇÃO ESTADUAL DE INFRAÇÕES.

Exemplo:

Você deve estar ciente de que ao se declarar culpado ou se for considerado culpado de uma acusação que poderia ter sido paga via correio ou internet, o tribunal não é obrigado a impor o mesmo valor da multa e custas que você teria pago inicialmente. Em contrapartida, o juiz poderá impor o valor máximo da multa e dos custos permitidos por lei. Se eu concluir que você agiu de forma deliberada, a lei confere-me autoridade para suspender sua carteira de habilitação além de impor taxas e custos.

18. PENALIDADES ADICIONAIS PODEM SER IMPOSTAS PELA COMISSÃO DE VEÍCULOS MOTORIZADOS (MOTOR VEHICLES COMMISSION) – MVC.

Exemplo:

Além das sanções que eu venha a impor por condenações referentes a veículos motorizados, a Comissão de Veículos Motorizados poderá impor sanções adicionais tais como pontos na carteira por infrações de trânsito (como excesso de velocidade ou imprudência ao volante) e encargos adicionais para certos tipos de condenações, ou a MVC poderá suspender sua carteira de habilitação. O tribunal está conectado à MVC via computador de modo que as condenações deste tribunal são informadas à MVC quando da entrada dos dados. Se você é condutor de outro estado, a MVC de Nova Jersey informará as condenações à MVC do seu estado domiciliar, o que poderá afetar seus privilégios de habilitação naquele estado.

19. MULTAS DE ESTACIONAMENTO.

Exemplo:

Se você está no tribunal para protestar uma infração de estacionamento, saiba que você não tem o direito de permanecer em silêncio e o promotor bem como o policial que emitiu a multa não são obrigados a comparecer em pessoa, a menos que eu os ordene a fazê-lo. O processo referente a infrações de estacionamento é considerado de natureza cível e você não tem direito a um defensor público, e a comprovação da sua culpa não precisa ser estabelecida acima de qualquer suspeita razoável. Eu posso meramente basear-me em três fatos:

- a. Sua infração de estacionamento está apropriadamente detalhada na sua citação; e
- b. Identifica o veículo envolvido de forma satisfatória; e
- c. Que o veículo, segundo a Comissão de Veículos Motorizados, era de sua propriedade ou registrado em seu nome na data e hora da infração.

Portanto, é a sua obrigação de dizer sob juramento porque você não deve ser condenado. Não é considerada uma defesa você declarar que jamais recebeu a multa de estacionamento ou que outra pessoa estacionou o veículo ilegalmente. Você, como proprietário registrado do veículo, é fundamentalmente o responsável. Não há restrição ao seu direito de permitir que familiares ou amigos usem seu veículo, mas, neste caso, se eles recebem uma citação e não o informam, isto não serve como defesa. Você poderá reivindicar o ressarcimento do motorista infrator junto ao Tribunal Superior. No caso de infrações de estacionamento, a sua declaração negando a culpa por si só pode não ser suficiente para comprovar sua inocência e as provas mais eficazes seriam fotografias ou vídeos do local e das placas em questão. Se você necessita de um prazo para obter fotografias ou vídeos, você pode solicitar uma breve prorrogação para este fim.

20. PRAZO DE PAGAMENTO E ALTERNATIVAS DE SENTENÇA.

Exemplo:

No momento da declaração de culpa, ou do veredito, as obrigações financeiras deverão ser pagas integralmente. No entanto, se não puder pagar o valor integral hoje, você poderá pagar em prestações ou solicitar outra medida judicial.

21. DIREITO E PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

Exemplo:

Você tem 20 dias para interpor recurso caso não esteja satisfeito com a decisão ou sentença deste tribunal. Nenhuma das partes nem o juiz poderão prorrogar o prazo para interpor recurso. Seu recurso será julgado pelo Tribunal Superior e, na maioria dos casos, o juiz do Tribunal Superior decide a causa com base nos autos que estamos registrando (chamados transcrição). Um pacote de formulários para o recurso está disponível na secretaria do tribunal.

22. CONSEQUÊNCIAS PARA IMIGRAÇÃO E DEPORTAÇÃO.

[Deverão ser lidas literalmente, segundo as exigências da Diretriz Nº 09-11]

Se você não é cidadão dos Estados Unidos e declarar-se culpado ou for condenado por determinados crimes julgados no tribunal municipal, inclusive alguns crimes referentes a veículos motorizados, isto poderá resultar na sua deportação dos Estados Unidos ou poderá impedir sua readmissão nos Estados Unidos se você deixar o país voluntariamente, ou poderá impedir permanentemente que você se torne um cidadão americano naturalizado. Você tem o direito de consultar um advogado sobre o impacto da declaração de culpa na sua condição imigratória.

23. PROJETO DE ASSISTÊNCIA AOS VETERANOS DE GUERRA DE NOVA JERSEY.

Uma nota especial para veteranos militares. Um programa chamado Projeto de Assistência aos Veteranos existe para encaminhá-los aos recursos comunitários de serviços referentes a moradia, tratamento de saúde mental, tratamento de abuso de drogas, assistência financeira, serviços jurídicos, educação e benefícios de veteranos, incluindo a possibilidade de designar outro veterano como seu mentor. Os funcionários do tribunal podem fornecer um folheto que descreve o programa e os formulários de solicitação. Os funcionários também podem ajudá-lo a preencher a solicitação.

24. CONFLITO.

Exemplo:

Se alguém tiver ciência de que eu possa ter tido uma ligação profissional ou pessoal com qualquer indivíduo envolvido neste processo, por favor avise-me quando o processo for chamado. Eu decidirei se existe algum conflito e, se houver, reagendarei a audiência para outro dia perante outro juiz.

25. PERGUNTAS DOS RÉUS.

Exemplo:

Você será tratado com dignidade e respeito neste fórum e esperamos o mesmo da sua parte. Se tiver alguma dúvida que eu não tenha respondido, por favor não hesite em perguntar quando seu processo for chamado.